

A Universidade Brasileira no momento atual

Brasilian University nowadays

MARIA DAS GRAÇAS TARGINO *

A universidade é uma instituição fundamentalmente social, o que exige uma compreensão sobre o que é cultura. E desde que o estudo focaliza a situação brasileira, abordam-se aspectos concernentes ao nível cultural brasileiro. Apresenta-se, também, a evolução da universidade como instituição, no mundo e no Brasil, com enfoque na reforma universitária. Analisa-se a situação presente, numa abordagem que identifica os fatores que têm impedido o desenvolvimento da universidade brasileira e possíveis soluções para amenizar os problemas atuais.

1. INTRODUÇÃO

Uma abordagem sobre a universidade brasileira tende a fornecer uma imagem simplista de suas dimensões, ao passo que é ela uma instituição extremamente complexa. Contudo, em face da necessidade de limitar o presente

* Professora da Universidade Federal do Piauí. Coordenadora da Biblioteca Central da UFPI.

trabalho, tentamos focalizar a realidade de nossas universidades, inserindo-a sempre no contexto sócio-econômico-cultural do povo brasileiro e a partir de então, analisar as causas que direta ou indiretamente têm concorrido para «a crise da universidade brasileira». Ressalta-se no entanto que este não foi o único momento histórico em que a universidade no Brasil passou por momentos críticos, como o que exatamente agora estamos vivenciando.

Desta forma, tendo em mente que é ela essencialmente uma organização social do saber, e, conseqüentemente, depende da comunidade que a instituiu e do Estado que assegura sua existência legal, é imprescindível, após a conceituação do termo cultura, uma análise (mesmo sucinta) sobre o nível cultural brasileiro e também sobre a evolução da universidade como instituição, no mundo e no Brasil.

Só após inserir a universidade na sociedade, poder-se-á entender mais claramente os inúmeros fatores que têm impedido o seu desenvolvimento de forma mais acentuada, mesmo diante da tentativa de reestruturação global da universidade, expressa através da reforma universitária.

Obviamente os problemas são diversificados, mas a conscientização de todos que integram a comunidade universitária, dos governantes e da sociedade em torno dos objetivos inerentes à universidade representa o passo inicial para a busca de soluções adequadas à realidade brasileira.

2. CULTURA E CONCEITO

Como numerosos outros conceitos empregados em Ciências Sociais, o termo «cultura» tem sofrido um processo de transformação gradual pelo uso, adquirindo, no decorrer da História, duas acepções distintas:

a) Toda coletividade que tem um passado, e portanto uma história, desenvolve entre os seus componentes pelos diferentes meios de comunicação, pela educação no seio das famílias e pelo ensino organizado, um conjunto de idéias, hábitos e conhecimentos ligados a essa história, transmitidos e enriquecidos de geração em geração e sedimentados pelo tempo. Assim, «cultura» é o **modo de vida total de qualquer sociedade, não simplesmente aquelas partes desse modo que a sociedade encara como mais altas ou mais desejáveis**. Segundo essa acepção, «cultura», nada tem a ver com escutar Mozart ou ler Dostoiévski. Para o cientista social, tais atividades são simplesmente elementos dentro de uma totalidade da cultura. Essa totalidade também inclui atividades mundanas, tais como lavar pratos ou dirigir um automóvel. Segue-se que para o cientista não há sociedade inculta ou indivíduo inculto. Cada sociedade tem uma cultura, não importa quão simples possa ser, e cada indivíduo é culto, desde que participe de uma ou outra cultura.

Nesse sentido, o povo brasileiro, fruto de caldeamento de várias nacionalidades, com uma sedimentação de vários séculos, já possui uma cultura local de grande riqueza e profundidade, apesar da enorme diversificação entre as várias regiões.

b) A partir do movimento humanista iniciado na Idade média, o ensino, que até então era competência da Igreja Católica, passou a ser «**o ensino humanístico**», desenvolvido por grandes mestres. Foi então possível a explosão científica dos séculos seguintes, construindo-se como a cultura grego-romana, que é a base daquilo que hoje se chama «**civilização ocidental**» ou «**civilização**». É essa cultura que tende a predominar sobre as culturas locais de outros povos e regiões, mesmo em países cuja cultura oriental tem um valor espiritual reconhecido universalmente.

Desta forma, nesta segunda acepção, o termo «cultura está intimamente ligado ao termo erudição, compreendendo-se por **sociedade culta ou indivíduo culto aquela ou aquele que além de dominar a cultura de seu povo, tem formação humanística, conhecendo os princípios fundamentais das ciências, a História Universal e os sistemas filosóficos mais importantes.**

Contudo, é imprescindível que se esteja atento ao fato de que um povo em desenvolvimento, que absorve superficialmente os produtos da civilização, pode se tornar insensível aos valores de sua própria cultura local, concorrendo para sua falsificação e/ou desaparecimento gradativo.

3. NÍVEL CULTURAL BRASILEIRO

Conceituado cultura, vê-se que, se de acordo com a primeira concepção o povo brasileiro constitui indubitavelmente uma sociedade culta, no que concerne à segunda concepção, em que cultura pressupõe a compreensão clara diante do mundo e a apreciação de todo o valor humano inserido na cultura local, é preciso uma séria reflexão quanto ao «Nível Cultural Brasileiro».

A afirmação de que o Brasil é um país subdesenvolvido ou em desenvolvimento, como dizem os mais otimistas, implicitamente expressa a idéia de que é um país subdesenvolvido culturalmente, desde que, reconhecidamente, povo desenvolvido é povo culto ou povo subdesenvolvido é povo não culto. Não se pretende negar a existência de intelectuais dentro do cenário brasileiro, mas apenas constatar que o nível de cultura do nosso ambiente se impregna de tal forma a cada um de nós, fazendo com que, mesmo pessoas de indiscutível superioridade mental e cultural, apresentem, por suas opiniões e comportamento, alguns traços que caracterizam intelectuais de países subdesenvolvidos.

Isto pode ser observado nos diferentes campos. Na **política**, a análise de certos debates publicados nas atas do Congresso, das Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, nos dão uma idéia sobre o nível cultural dos «Representantes do povo». Na **Ciência**, apesar do avanço das últimas décadas, a contribuição brasileira praticamente inexistente no cenário internacional. Não temos condições de competir com outros países para enfrentar alguns dos grandes problemas existentes no momento atual, tais como: o aproveitamento de energia solar e nuclear; o reaproveitamento de lixo; o controle da poluição do meio ambiente em tecnologia; a cura do câncer; o controle genético do homem em medicina e outros. Nas **artes e literatura** a situação é similar, e se algumas obras têm assegurado êxito internacional, isto se deve muitas vezes mais ao seu caráter exótico, que constitui um atrativo para os povos saturados de alta cultura, do que mesmo ao valor intrínseco da obra produzida.

O que pode parecer uma visão pessimista do «Nível Cultural Brasileiro» pode ser dissecado e analisado sob diferentes aspectos, desde os mais elementares aos mais complexos, englobando a situação educacional brasileira de uma forma geral; a quase inexistência de sistemas de bibliotecas funcionando satisfatoriamente; a insignificante tiragem média do livro brasileiro técnico — aproximadamente 5.000 exemplares; o alto índice de analfabetismo entre os brasileiros; o fato de que dentre 60% da população dita alfabetizada nem 3% lê sequer um jornal diário; a adoção dos meios de comunicação de massa, de forma tão intensiva, que impede ao homem a reflexão, degustação mais prolongada e compreensão mais profunda... Muitos outros fatores, poderiam ser aqui mencionados. Contudo, nos deteremos na situação da universidade brasileira, após essa tentativa de introduzi-la na realidade

cultural brasileira, realidade esta também altamente influenciada pela situação econômica do nosso País.

É preciso, pois, que o povo brasileiro se conscientize da importância da cultura não só como conquista, mas como arma, pois se a emancipação dos homens leva a um desenvolvimento da cultura, o desenvolvimento da cultura acelera a hora dessa emancipação.

4. EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Considerando a validade de situar a universidade no tempo e no espaço, vê-se que Abelardo, com suas famosas reuniões em que incentivava a troca de opiniões com alunos e companheiros, inspirou, ainda na Idade Média, a criação da universidade, cujo objetivo primordial era reunir pensadores interessados nos problemas do Universo — (daí o seu nome). Esses estudiosos ocupam os mais importantes postos na vida política, social e cultural da sociedade.

Restrita à formação de profissionais, a universidade medieval voltou-se para a Teologia e a Metafísica, indiferente ao desenvolvimento das ciências presente nos séculos XVII e XVIII. E foi só a partir do século XIX que as universidades européias absorveram o movimento científico, dando-lhe uma nova dimensão. Sob um certo aspecto, o novo conceito de universidade retoma à idéia determinante quando da criação da Universidade Medieval, com a diferença de que as pessoas de «alto nível» estão reunidas para estudar, analisar e solucionar problemas do Universo que permitiriam a transformação da existência do Homem em sua vida terrena — a Ciência, a Tecnologia, a Medicina, a Jurisprudência, etc. — e não mais os problemas de espírito e da vida eterna.

A propalação do âmbito de atuação da universidade se acentua de tal forma, que ela não é mais apenas o lugar onde debates ou palestras são proferidas. É também

onde pesquisas são elaboradas, trabalhos que possam modificar a vida da comunidade são executados, enfim, tem-se a universidade calcada nos três elementos básicos: ensino, extensão e pesquisa.

Com o crescente desenvolvimento da ciência e da tecnologia, tanto na Europa como nos Estados Unidos, foram criados títulos de pós-graduação, os quais foram conferidos àqueles que desenvolviam estudos mais profundos após a conclusão do curso universitário regular, em geral com uma contribuição de pesquisa original. Neste ponto, o modelo americano diferiu do europeu. Na Europa, o título de pós-graduação de doutor era privilégio dos que tinham posições elevadas em universidades ou em indústrias e que tinham chance de elaborar sua tese. Nos Estados Unidos, foram criados, além do programa de doutoramento (Ph.D), os programas intermediários de mestrado com trabalho de tese menos elaborado. E graças a essas inovações, com a ausência dos feudos catedráticos que existiam na Europa, com os especialistas de ensino e pesquisa em tempo integral por parte dos professores, e com os estímulos salariais aos mestres e doutores, os programas de formação de pesquisadores nos Estados Unidos tornaram-se verdadeiros programas de massa, havendo uma proliferação deste modelo universitário americano, após a 2ª Guerra Mundial, por vários países do mundo.

No caso do Brasil, nossa situação atual em termos de universidade é perfeitamente compreensível, diante do quadro histórico de que dispomos. Nosso sistema de educação universitária foi criado ao final do século XIX, baseado totalmente no modelo francês. Altamente elitista, a universidade favorecia a um pequeno número de estudantes, geralmente de famílias abastadas, os quais eram «guiados» pelos «donos das cátedras». Aos defeitos do sistema de cátedra, somaram-se outros. A transformação

das universidades em cabides de empregos; os professores que pouco tempo tinham para se dedicar ao ensino em face de suas várias outras atividades; a estagnação dos currículos; a ausência da pesquisa científica, mesmo diante do avanço científico e tecnológico impulsionado pela 2ª Grande Guerra... Tudo isso concorreu para que pouco a pouco e de uma forma cada vez mais intensa, a universidade permanecesse dissociada da realidade brasileira.

E o próprio governo brasileiro, numa atitude de reconhecimento de que a maior lacuna no quadro científico do país era a falta de pessoal qualificado, estabeleceu medidas para sanar ou remediar a situação. Entre elas a criação do Conselho Nacional de Pesquisas, em 1950, num incentivo à iniciação científica, ao aperfeiçoamento, à pesquisa e pós-graduação no país e no exterior.

Pode-se afirmar que o desenvolvimento econômico do país, a implantação da pós-graduação, o despertar dos estudantes (quaisquer que sejam os elementos ideológicos e políticos neles implicados) no que concerne à possibilidade de atuação da universidade como principal mola propulsora do progresso, foram elementos que conduziram à reestruturação da universidade brasileira, oficializada em 1968, através da Lei 5.540.

5. REFORMA UNIVERSITÁRIA

Sem obedecer a nenhum planejamento racional, a universidade brasileira cresceu, conservando sua estrutura anacrônica, o que impossibilitou um autêntico desenvolvimento que implica sempre uma mudança qualitativa e reorganização dinâmica. Nascida da reunião de faculdades ou institutos isolados pré-existentes, a universidade representava um aglomerado de estabelecimentos encerrados em si mesmos, auto-suficientes, ligados apenas pelo elo administrativo e financeiro de uma reitoria.

Contudo, o processo de industrialização e de desenvolvimento econômico que se fortaleceu na década dos 50, bem como as transformações sociais dele decorrentes, tornaram bem nítido o anacronismo da nossa universidade, incapaz de oferecer o produto universitário adequado às exigências diferenciadas do mercado de trabalho. Além do mais, a ampliação das matrículas e necessidade de diversificação dos cursos iam de encontro à rigidez do sistema, e o mesmo acontecia com os professores dispostos a desenvolverem atividades científicas.

De tudo isso, surgiu a necessidade cada vez mais imperiosa de uma reforma radical da universidade brasileira, expressa inicialmente pelos Decretos 53/66 e 252/67. O primeiro deles estabeleceu princípios, critérios e normas a fim de que as universidades, por elas mesmas, concebessem o plano de sua reestruturação. O segundo definiu o conceito de áreas básicas, impondo o sistema departamental e incorporando a cátedra ao departamento. Eram princípios inspirados na universidade de Brasília, que por sua vez o recolheu de outros países. Este fato originou críticas severas, embora toda questão resida na capacidade de adaptação do modelo à realidade vigente, sem fazer do modelo objeto de pura cópia.

Foram, pois, objetivos primordiais da reforma universitária a busca da eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do sistema educacional universitário brasileiro, e conseqüentemente do próprio país. Podem ser eles expressos da seguinte forma:

a) princípio de não duplicação dos meios para fins idênticos ou equivalentes, de modo a assegurar a plena utilização dos recursos empregados em sua manutenção;

b) princípio de integração do ensino e da pesquisa estabelecendo a coexistência de ambos, em cada unidade — instituto, escola ou faculdade;

c) concentração dos estudos básicos num sistema comum de unidades para servir a toda universidade;

d) criação do sistema de unidades próprias para o ensino profissional e pesquisa aplicada;

e) institucionalização das atividades inter-escolares com a criação de órgãos de coordenação responsáveis pelas atividades de cada curso ou projeto, compreendendo professores de diferentes departamentos e unidades que participam do curso;

f) supervisão destas atividades ao nível da administração superior da universidade por meio de órgãos de coordenação central com poderes deliberativos;

g) instituição obrigatória do sistema departamental, eliminando-se a cátedra-autônoma em seu isolamento estéril, concentrando, em cada departamento, todo o pessoal docente relativo a determinado setor do saber;

h) possibilidade da criação de órgãos setoriais, congregando várias unidades de uma mesma área de conhecimentos, com poderes administrativos.

Diante desta amplitude de objetivos é fácil a dedução de que a Lei 5.540/68 não executou a reforma universitária, mas apenas a induziu, tentando eliminar pontos de estrangulamento que concorreram para a letargia da universidade e proporcionando condições, para que ela recuperasse sua missão inicial de centro criador de ciência e expressão mais alta da cultura de um povo.

Vê-se que a reforma universitária pressupõe uma reformulação no que concerne à relação universidade/estado, universidade/universidade (relação no interior dela mesma).

Se a universidade é o lugar onde se elabora e transmite o saber racional, deve ser a mais racionalizada das

instituições desde que uma perfeita adequação funcional de sua estrutura e organização às suas atividades e fins garantirá a eficiência do processo e eficácia de seu sistema de produção — geração de ciência, técnica e cultura.

Contudo, as estruturas não asseguram a plena realização da idéia de universidade, sendo necessário vinculá-la ao problema mais geral de reforma radical da própria sociedade, polarizando-a como problema essencialmente ideológico. Mas, sem relegar a um plano inferior o aspecto político da reforma universitária — ampliação das matrículas, democratização do ensino, articulação com o processo de desenvolvimento — é utópico pensar em desprezar os aspectos estruturais e técnico-pedagógicos.

Por seu caráter institucional, a universidade está condicionada ao sistema de crenças, interesses e forças dominantes em seu espaço sócio-cultural, devendo estar alerta às múltiplas solicitações advindas da sociedade que se desenvolve e se transforma, a fim de não se apresentar defasada.

Na realidade, uma análise, no sentido de verificar se a reforma universitária atingiu ou não as finalidades a que se propôs, é algo que requer todo um estudo, de complexidade tal, que restringiríamos a assunto deste trabalho ao aspecto reforma universitária. Assim sendo, acreditando que essa reforma representou no mínimo um marco e forças renovadoras dentro da universidade brasileira, verificaremos a seguir, a situação atual delas e os motivos que têm contribuído para mais uma crise no âmbito dessa instituição. Naturalmente, embora a situação pareça no momento presente mais grave dentre algumas universidades, tais como a de São Paulo, a de Campinas, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, abordaremos os problemas generalizados que afetam o ensino superior brasileiro.

6. SITUAÇÃO ATUAL

Numericamente, há no Brasil inúmeras instituições de nível superior, mas avaliando-as na perspectiva de ensino, pesquisa e extensão e considerando suas infra-estruturas, certamente existem poucas.

Teoricamente ao lado do ensino, a produção de pesquisas e a capacidade de liderança científica na universidade é algo ainda a se conquistar no Brasil. Quatro ou cinco entidades têm se responsabilizado nos últimos anos pela quase totalidade dos trabalhos de investigação original. Dessa forma, medidas já tomadas devem ser reforçadas continuamente, visando a incrementar os programas de pesquisa científica e tecnológica, tais como:

— inclusão nas metas do governo de planos e orçamentos para a execução de programas científicos e tecnológicos;

— melhoria do salário dos cientistas, possibilitando o início de um processo de estabelecimento de carreira para cientistas;

— aumento do estímulo à pós-graduação para que o corpo docente se aperfeiçoe.

Quanto às atividades de extensão, praticamente inexistem e em alguns casos confundindo-as com ação social ou comunitária, algumas instituições penetraram em áreas de treinamento e assistência, descaracterizando-as em sua essência.

Ao lado desta avaliação, no que concerne à pesquisa e extensão, é essencial a análise do ensino na universidade. Levando em conta que o papel precípua da instituição de ensino superior é a formação de indivíduos e profissionais capazes de dirigir e fazer movimentar a nação, é condição prioritária a alta qualificação dos recursos humanos utilizados para a administração, o ensino e a pesquisa na

universidade. Isto porque, quando o pessoal, que é preparado para liderar o país, é mal formado, o efeito é dificilmente reparado. Seria conscientizar em torno da excepcionalidade da universidade como entidade «**especial**», no sentido de que a falta de qualificação compromete, irremediavelmente, a consecução dos objetivos do ensino superior.

Desta forma, o aperfeiçoamento do pessoal docente assume grande importância, quer seja através da pós-Graduação, Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutoramento, quer seja mediante a nucleação de grupos de pesquisa, cuja soma de esforços propiciaria maior produtividade. Mas é válido ressaltar que, muitas vezes, o exame do «**currículo real**» (adotado por Zeferino Vaz em sua gestão na UNICAMP), em que o professor é avaliado por sua produção de pesquisas e estudos e sua capacidade de liderança científica dentro do contexto universitário, é bem mais expressivo que a análise tradicional de «**papeis**».

Ainda no que se refere à qualificação do pessoal docente, um aspecto que tem sido relegado a um plano inferior, parece-me de suma importância. Inicialmente encarada como luxo e atividade secundária na nossa cultura, a partir de 1967, a educação de adultos passou a ser uma preocupação central e uma necessidade de nossa civilização, decorrente da conscientização de que a atualização dos adultos era a forma de evitar que estes se tornassem obsoletos. O número de pessoas despertadas e o número de entidades envolvidas na educação de adultos cresceram na última década, consideravelmente. Contudo, apesar deste crescimento, este tipo de educação tem sido relativamente ineficaz, no que se refere ao desempenho de sua missão.

Um dos maiores obstáculos para atingir plenamente o potencial da educação de adultos é o fato de que ela sempre esteve presa aos conceitos e métodos da educação

tradicional de crianças, ou seja, enquanto para o professor de 1º e 2º graus é exigida formação específica; médicos, bibliotecários, sociólogos, etc. exercem a profissão de professor de 3º grau, sem nenhuma habilitação. Quando muito, têm formação pedagógica, a qual é inadequada, desde que mesmo sendo o adulto sua clientela, os conhecimentos adquiridos através da Pedagogia (do gr: paidos-criança) são fundamentados no perfil psicológico da criança.

Diante dessa realidade, é recomendável a adoção da andragogia (do gr: andos-adultos), que é uma prática educativa embasada no perfil psicológico do adulto, caracterizado essencialmente pela experiência, capacidade de auto-conceito (autonomia, em substituição à heretonomia) e perspectiva de tempo.

No que se refere aos educandos, o número dos que ingressam na universidade aumentou muito, embora grande maioria apresente uma formação que deixa muito a desejar. (É o caso de se averiguar a realidade dos 1º e 2º graus no Brasil).

Atualmente, o estudante universitário é mais um «**profissional que estuda**» do que um «**estudante profissional**» (no bom sentido), faltando-lhe tempo e disposição para a complementação do que foi transmitido em salas de aula. Assim, o número de alunos em regime de dedicação exclusiva é insignificante e numa consagração à «**meritocracia**», há maior preocupação na obtenção do diploma do que na aprendizagem.

Por outro lado, apesar de ser medida inevitável ao aprimoramento do ensino, não há praticamente reprovações nas escolas superiores brasileiras, parecendo que nem mesmo são cumpridas as exigências legais mínimas quanto ao tempo de permanência no curso. A retenção encarece assustadoramente o ensino. Comparando-o aos produtos nacionais brutos e ao custo do aluno do 1º grau

de cada país, o nosso universitário é mais caro cerca de duas vezes que o norte-americano, em cuja nação o PNB é da ordem de doze vezes mais que o nosso.

E tanto o aluno como o professor esbarram em «**Estruturas Universitárias**» burocratizadas, pesadas e pouco criativas. Como vimos anteriormente, a universidade cresce sem planejamento, gerando a centralização excessiva de decisões, restrita aos «**superfuncionários e professores**», que afastados da realidade do dia-a-dia, tornam-se as pessoas menos indicadas para estabelecer uma política universitária, satisfatória e não alienante.

É essencial impedir que as universidades se fechem nas cúpulas administrativas. É essencial combater o autoritarismo e discriminação ideológica que está impregnando os meios acadêmicos, pois está em nós mesmo, à esquerda, à direita, nos Departamentos e nas relações pessoais.

Numa abordagem acerca da universidade brasileira, não se pode omitir a proliferação das universidades particulares que despejam, anualmente, «**fornadas**» de profissionais, que durante sua formação acadêmica sequer vislumbraram a atividade científica. As entidades particulares cobrem 80% do ensino superior brasileiro, o que significa dizer que em boa parte, o ensino já é pago e bem pago no Brasil. Isto porque, com a nova Legislação Trabalhista (1979), estabelecendo aumentos semestrais de salário, as empresas de ensino, a fim de enfrentarem esta nova despesa, impõem ao aluno anuidades exorbitantes. E mesmo assim, a ênfase dada ao 3º grau pela tecnoburocracia tem incentivado a busca às escolas particulares de nível superior, ainda que este fato supere quase sempre o orçamento familiar.

Embora documentos divulgados e pronunciamentos feitos por autoridades governamentais assegurem que a participação da verba da Secretaria de Ensino Supe-

rior do MEC no orçamento da União aumentou em 100% no período de 1973/79, permitindo estimar que 80% dos recursos do MEC são destinados ao ensino superior, todas as universidades clamam por recursos.

Mesmo que no Brasil ainda não existam dados confiáveis, é necessário que pelo menos a administração superior das universidades faça melhor uso dos recursos alocados. Este é um problema econômico de grande dimensão, pois pressupõe decisões fundamentadas em critérios e julgamentos de valor. Estabelecimento de prioridades para projetos cuja importância se deve avaliar com vista à sua **utilidade social**. E ao que parece, isto não tem ocorrido de forma substancial nas nossas instituições, onde os «**homens do poder**» estão mais preocupados em se «**eternizar**» através da construção de edifícios suntuosos, que indagar ao povo sobre suas necessidades reais, condizentes com o mercado de trabalho. Aqui caberia a análise sobre a adequação ou não de determinados cursos em determinadas áreas, quer sejam de graduação ou pós-graduação...

Insistimos em afirmar que as decisões sobre o uso dos recursos destinados à educação e à pesquisa científica deverão constar sempre de programas coerentes e orgânicos, que definam uma estratégia de ação, flexível mas segura, para evitar interferências e pressões comprometedoras. Então, nas regiões tecnologicamente atrasadas, os recursos deveriam beneficiar muito mais o ensino de terceiro e quarto graus do que a pesquisa, mesmo se reconhecendo que a pesquisa-treinamento, a pesquisa aplicada e a pesquisa pura são indissociáveis à atividade universitária. Pretendemos mostrar que se há empenho no sentido de desenvolver ensino de alto nível, quase automaticamente está assegurado o êxito da pesquisa e do trabalho científico.

Seria, concisamente, a adaptação contínua, constante e essencial da universidade à realidade cultural em que está inserida.

Quanto à expectativa atual em torno dos benefícios ou malefícios da transformação das universidades em «fundação», é uma questão que exige um estudo muito profundo. Mas de antemão, podemos pressupor que utilizar a fundação como um meio legal para solucionar ou amenizar os problemas que assolam as universidades brasileiras, é uma iniciativa vã. Seria apenas transferir problemas de um contexto para outro.

7. CONCLUSÃO

Na verdade, pode-se concluir que os embaraços no ensino superior decorrem não apenas de dificuldades de natureza orçamentária, mas também de natureza pedagógica, administrativa e organizacional, acrescentando-se os conflitos, às vezes, gerados entre os interesses da universidade e os do poder constituído.

A gravidade do sistema educacional brasileiro é uma realidade. Em sua fase atual, crescer mais no ensino de 1º e 2º graus atende mais eficazmente aos anseios e exigências da sociedade brasileira. Crescer menos no ensino superior é compatível com a qualidade de ensino. As greves são fatos episódicos, mas não são ainda o mais grave. Pagar salários justos aos professores universitários (que, por constituírem uma classe com poucos instrumentos de defesa, vem sendo esvaziada salarialmente no decorrer dos anos) é medida urgente e imprescindível, mas por si só, inconsequente. Isto, porque uma análise profunda, competente e descompromissada da realidade atual da universidade brasileira **no seu aspecto global**, por parte do Estado, é fundamental para a detecção dos problemas e o estabelecimento de soluções.

E numa época em que os termos «**abertura**» e «**re-democratização**» são continuamente repetidos, é preciso restaurar a verdade no ensino brasileiro, delimitando a área de atuação e responsabilidade do Estado na educação. A diversificação do ensino por meio de currículos flexíveis capazes de suprir às exigências de todos; a criação de associações de docentes e funcionários; o restabelecimento de «**vez**» aos discentes e sobretudo o interesse que a universidade volta a despertar na sociedade, ansiosa por participar das decisões que afetam a vida universitária, são **prováveis sintomas** de uma crescente e esperada redemocratização da Universidade Brasileira, numa tentativa de evitar a veracidade da afirmação «**universidade burra**»... e a culpa — que pena não é mais da ditadura!, uma alusão muito inteligente divulgada recentemente em revista brasileira.

Assim, aprimorar os mecanismos democráticos interiores e em seus contatos com o mundo exterior é o maior desafio que hoje enfrenta a UNIVERSIDADE BRASILEIRA.

Since the University is a social institution it cannot be understood except in relation to the culture it serves. The present study, therefore, introduces the topic of the Brazilian University by an examination of its setting. Special attention is given to the Brazilian university reform of 1968 and to the factors which have affected the development of high education in Brazil since then. The author concludes with recommendations for future policy.

BIBLIOGRAFIA

1. ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. Universidade: o melhor uso dos recursos. *Estudos Universitários*, Recife (2): 137-148, abr./jun. 1966.

2. AZEVEDO, José Carlos de. A educação liberal no Brasil. **O Estado de São Paulo**, (18): 2-4, out. 1980.
3. CATUNDA, Omar. Sobre cultura e universidades. **Ciência e Cultura**, São Paulo 29 (10): 1124-1129, out. 1977.
4. HUNTER, John M. A Universidade-Fundação. **Estudos Universitários**, Recife (4): 23-42, out./dez. 1967.
5. LEON, Antoine. **Psicopedagogia dos adultos**. São Paulo, CEN/EDUSP, 1977. 246 p.
6. LINTON, Ralph. **Cultura e personalidade**. São Paulo, Mestre Jou, 1973, 156 p.
7. PORTELA, Eduardo. Não se deve rir do boicote. **Isto É**. São Paulo (168): 29, mar. 1980.
8. RESENDE, Sérgio M. Ciência, Tecnologia e Universidade no Brasil. **Estudos Universitários**, Recife (1): 5-20, jan./mar. 1974.
9. STETN, Suzana Albornoz. **Por uma educação libertadora**. Petrópolis, Vozes, 1977. 189 p.
10. SUCUPIRA, Newton. Concepção da reforma universitária. **Estudos Universitários**, Recife (1): 169-176, jan./mar. 1969.
11. ————. A reestruturação das Universidades Federais. **Estudos Universitários**, Recife (4): 5-22, out./dez. 1967.
12. TOLEDO, Roberto Pompeu de. Universidade burra. **Isto É**. São Paulo (255): 44-50, nov. 1981.